## ■ SUMÁRIO

APRES	SENTA	ÇÃO			9
SOBR	E OS A	AUTORES			13
			C	L <sub>IVRO</sub> I ONCEITOS FUNDAMENTAIS	
CAPÍ	TULO I	-CONC	EITO DE DII	REITO ADMINISTRATIVO	47
1.	A TR	IPARTIÇ.	ÃO DE FUN	ÇÕES	47
	1.1.	O CON	CEITO DE F	UNÇÃO	47
	1.2.	A FUNC	ÇÃO POLÍTI	CA OU DE GOVERNO	48
	1.3.	A FUNC	ÃO DE CO	NTROLE	50
2.	DEF	INIÇÃO I	DE DIREITO	ADMINISTRATIVO	53
3.	A EV	OLUÇÃO	) CIENTÍFIC	CA DO DIREITO ADMINISTRATIVO	54
4.	DIRI	EITO ADI	MINISTRAT	IVO MODERNO	56
5.	CON	NTEÚDO	DO DIREIT	O ADMINISTRATIVO	58
CAPÍ	TULO I	II – FONT	ES DO DIRE	EITO ADMINISTRATIVO	61
1.	FON	TES DO	DIREITO AI	DMINISTRATIVO	61
	1.1.	CONCE	ITO DE "FC	DNTES"	61
	1.2.	O POD	ER LEGISLA	TIVO	62
		1.2.1.	A lei		62
	1.3.	O POD	ER EXECUTI	VO	66
		1.3.1.	Poder Reg	ulamentar ou Competência Regulamentar	66
		1.3.2.	Espécies d	e Regulamentos no Sistema Jurídico	67
			1.3.2.1.	Regulamento de Execução	67
			1322	Regulamento Autônomo ou Independente	68

		1.3.3.	Regulamento Delegado
			1.3.3.1. Limites do Regulamento Delegado
		1.3.4.	Regulamento de Necessidade ou de Urgência
			1.3.4.1. Limites do Regulamento de Necessidade ou de Urgência
		1.3.5.	Regulamento de Complementação
			1.3.5.1. Limites ao Regulamento de Complementação
		1.3.6.	Espécies de Regulamento Existentes no Ordenamento Jurídico Brasileiro
		1.3.7.	Meio de Veiculação do Regulamento
		1.3.8.	Autoridade Competente para Editar Regulamentos
		1.3.9.	Controle de Constitucionalidade dos Regulamentos
		1.3.10.	Outras Normas Editadas
	1.4.		DENTES ADMINISTRATIVOS
	1.5.	O PODI	er judiciário
		1.5.1.	A jurisprudência
	1.6.		EDADE
		1.6.1.	A Sociedade Nacional
			1.6.1.1. O costume
			1.6.1.2. Espécies de costume
		1.6.2.	A Sociedade Internacional
			1.6.2.1. As Normas Internacionais
	1.7.	DOUTR	RINA
CAPÍ	TULO I	II – INTEF	RPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO
1.	A HE	RMENÊL	JTICA
2.	A IN	TERPRET	AÇÃO
3.	TÉCI	NICAS IN	ITERPRETATIVAS
4.	EFEI	TOS PRO	DUZIDOS PELA INTERPRETAÇÃO
5.	SUB	SUNÇÃO	) E PONDERAÇÃO
6.			OS DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASI-
	LEIR	O (LINDE	B)

7.	INTE	GRAÇÃO	O	103
	7.1.	ANALO	GIA	103
	7.2.	PRINCÍ	PIOS GERAIS DE DIREITO	104
	7.3.	EQUID/	ADE	104
CAPÍT	ULO I	V – REGI	ME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	105
1.	AXIC	OMAS, PI	RINCÍPIOS E REGRAS JURÍDICAS	105
2.	PRIN	ICÍPIO D	A LEGALIDADE	107
3.	PRIN	ICÍPIO D	A IMPESSOALIDADE	109
4.	PRIN	ICÍPIO D	A MORALIDADE	110
	4.1.	IMPROI	BIDADE ADMINISTRATIVA	113
	4.2.	CONFL	ITO DE INTERESSES	115
5.	PRIN	ICÍPIO D	A PUBLICIDADE	117
6.	PRIN	ICÍPIO D	A EFICIÊNCIA	122
7.	OUT	ROS PRI	NCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	123
	7.1.	PRINCÍI	PIO DA IGUALDADE	123
	7.2.	PRINCÍI	PIO DA MOTIVAÇÃO	125
		7.2.1.	Fundamento	125
		7.2.2.	Fim	125
		7.2.3.	Momento	125
		7.2.4.	Atos que devem ser motivados	126
		7.2.5.	Espécies de motivação	126
		7.2.6.	Requisitos da motivação	126
		7.2.7.	Consequências da falta de motivação	127
	7.3.	PRINCÍ	PIO DA FINALIDADE	127
	7.4.	PRINCÍ	PIO DA RAZOABILIDADE	130
		7.4.1.	Campo de aplicação	131
		7.4.2.	Finalidade	131
		7.4.3.	Critério de aferição	131
	7.5.	PRINCÍ	PIO DA PROPORCIONALIDADE	132
	7.6.	PRINCÍI	PIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA AMPLA DEFESA	134

	7.7.	PRINCIP	PIO DO CO	ONTROLE JUDICIAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	134
	7.8.			SPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS ADMINIS-	124
	7.0			Gurança jurídica	134
	7.9.			DNFIANÇA LEGÍTIMA	135
	7.10.			,	137
		7.10.1.	•	stos para a configuração da Confiança Legítima	137
		7.10.2.		de Confiança Legítima	139
		7.10.3.		ção da confiança legítima	139
		7.10.4.	Mudança	repentina, brusca e intempestiva do ato estatal	140
				Livro II	
		SUJI	EITOS DAS	RELAÇÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS	
CAPÍT	ULO I	– A ORG	ANIZAÇÃO	O ADMINISTRATIVA	145
1.	CON	SIDERAG	ÇÕES GER	AIS	145
2.	ENTE				145
3.	ÓRG	ÃO			147
	3.1.	ELEMEN	ITOS DO C	ÓRGÃO	148
		3.1.1.	Competê	ncias públicas	148
	3.2.	CLASSIF		OOS ÓRGÃOS	149
		3.2.1.		estrutura	149
		3.2.2.	Quanto à	s funções	150
	3.3.	RELAÇÕ	ES ENTRE	ÓRGÃOS	152
		3.3.1.		de competências alternadas	152
			3.3.1.1.	Suplência ou substituição	152
			3.3.1.2.	Prorrogação de competência	153
			3.3.1.3.	Delegação de competência	153
			3.3.1.4.	Avocação de competência	154
			3.3.1.5.	Deferimento de competência	154
		3.3.2.	Relações	de competências interdependentes	154
		3.3.3.	Relações	de conflitos de competências	156

		3.3.4.	Ordenação das relações entre os órgãos	156
			3.3.4.1. Relações de ordenação extrínseca	156
			3.3.4.2. Relações de ordenação intrínseca	157
4.	DESC	CONCEN	NTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	159
5.			ÃO ADMINISTRATIVA DA UNIÃO: ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AÇÃO INDIRETA	160
	5.1.		ISTRAÇÃO DIRETA	160
	5.2.		ISTRAÇÃO INDIRETA	161
		5.2.1.	Autarquias	162
			5.2.1.1. Conceito	162
			5.2.1.2. Regime jurídico	163
		5.2.2.	Agência reguladora	168
			5.2.2.1. Características das agências reguladoras	174
			5.2.2.2. Controle das agências reguladoras	176
		5.2.3.	Agências executivas	177
	5.3.		ÇÕES PÚBLICAS	178
		5.3.1.	Natureza das fundações públicas	178
		5.3.2.	Objeto social	181
		5.3.3.	Regime jurídico	181
			5.3.3.1. Regime jurídico das fundações de direito privado	182
	5.4.	CONSĆ	DRCIO PÚBLICO	183
	5.5.	EMPRES	SAS ESTATAIS	185
		5.5.1.	Empresa pública	185
		5.5.2.	Sociedade de economia mista	186
		5.5.3.	As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia	
		4	mista	187
		5.5.4.	Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: consequências	189
		5.5.5.	Critério para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado	189
		5.5.6.	Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista	189
		5.5.7.	A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas	109
		J.J./.	de direito privadode	190

		5.5.8.	O regime	jurídico das empresas estatais	191
		5.5.9.	Aspectos	relevantes da Lei 13.303, de 2016	195
			5.5.9.1.	Da função social da empresa pública e da sociedade de economia mista	196
			5.5.9.2.	Do regime societário da empresa pública e da sociedade de economia mista	197
			5.5.9.3.	Disposições aplicáveis às empresas públicas e às sociedades de economia mista e às suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da união ou seja de prestação de serviços públicos	206
					200
CAPÍT	ULO II	I-AGENT	TES PÚBLIC	COS	221
1.	CON	SIDERAC	ÇÕES GER	AIS	221
2.	AGEN	NTES PÚE	BLICOS		221
3.	AGENTES POLÍTICOS				
4.	OS MEMBROS DE PODER				
5.	SERV	IDORES	ESTATAIS .		222
	5.1.	SERVIDO	OR PÚBLIC	CO	223
	5.2.			PESSOAS GOVERNAMENTAIS DE DIREITO PRIVADO A E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA)	224
	5.3.			1 COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO	224
6.	CAR	GOS			226
	6.1.	CLASSIF	ICACÃO D	OOS CARGOS	226
	6.2.			FORMAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS	227
	6.3.	-		CARGOS	228
		6.3.1.	Forma do	provimento	229
		6.3.2.	Espécies o	de provimento	229
			6.3.2.1.	Provimento inicial, autônomo ou originário	229
			6322	Provimentos derivados	230

7.	EMPREGOS PÚBLICOS							
	7.1.	A DISTI	NÇÃO ENTRE CARGOS E EMPREGOS	232				
8.	FUN	JNÇÃO PÚBLICA233						
9.	DAS	DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS DOS AGENTES PÚBLICOS 23						
	9.1.		AS DE CONTENÇÃO DE DESPESAS COM OS SERVIDORES ESTA-	234				
		9.1.1.	Limite global de despesas com pessoal	234				
		9.1.2.	Previsão orçamentária e autorização orçamentária	234				
		9.1.3.	Proibição de transferência de recursos e concessão de empréstimos para pagamento de despesas com pessoal	234				
	9.2.	NORMA	AS RELATIVAS À REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES	235				
		9.2.1.	Criação de remuneração por subsídio	235				
		9.2.2.	Limite de remuneração	235				
		9.2.3.	Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário (art. 37, XII, da CF)	236				
		9.2.4.	Proibição de vinculação de vencimentos (art. 37, XIII, da CF)	236				
		9.2.5.	Cálculo de acréscimos pecuniários (art. 37, XIV, da CF)	237				
		9.2.6.	Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração de servidores públicos (art. 37, X, da CF)	237				
		9.2.7.	Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração (art. 37, X, da CF)	237				
		9.2.8.	Irredutibilidade de vencimentos (arts. 37, XV, e 7°, VI, da CF)	238				
	9.3.	NORMA	AS CONSTITUCIONAIS SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVI-					
		DORES	ESTATAIS (TITULARES DE CARGOS OU EMPREGADOS)	238				
		9.3.1.	Princípio da ampla acessibilidade aos cargos e empregos	238				
		9.3.2.	Princípio da acessibilidade por concurso público	239				
		9.3.3.	Aproveitamento	245				
		9.3.4.	Direito de greve e de sindicalização	246				
		9.3.5.	Proibição de acumulação remunerada	247				
	9.4.		AS ESPECÍFICAS DO REGIME CONSTITUCIONAL DOS SERVIDORES					
			OS TITULARES DE CARGOS	248				
		9.4.1.	Estabilidade	248				
			9.4.1.1 Conceito (positivo)	248				

			9.4.1.2.	Conceito (negativo)	249
			9.4.1.3.	Servidores vitalícios	250
		9.4.2.	A disponi	bilidade. Conceito	250
		9.4.3.	Direitos e	vantagens dos servidores estatutários	251
			9.4.3.1.	De ordem pecuniária	251
			9.4.3.2.	Direitos de ausência ao serviço	254
			9.4.3.3.	Benefícios previdenciários	257
		9.4.4.	Deveres e	responsabilidade dos servidores públicos estatutários	258
			9.4.4.1.	Deveres	258
			9.4.4.2.	Responsabilidades. Imposição de sanções por conduta faltosa	259
				ES EM COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO	263
1.	ORG	ANIZAÇ	ÕES SOCI	AIS	263
	1.1.	INTROE	DUÇÃO		263
	1.2.		•	QUE DEVEM SER PREENCHIDOS PELA PESSOA JURÍDICA	265
	1.3.	EFEITOS	SJURÍDICO	OS DA QUALIDADE DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL	270
	1.4.	DO REC	GIME JURÍE	DICO DO CONTRATO DE GESTÃO	272
		1.4.1.	Pressupos	tos e elementos do contrato de gestão	273
		1.4.2.	Da execu	ção e fiscalização do contrato de gestão	275
		1.4.3.	A extinçã	o do contrato	279
	1.5.	A DESQ	UALIFICAC	ÇÃO DA ENTIDADE COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL	279
2.	SOC	IEDADE (	CIVIL DE II	NTERESSE PÚBLICO	290
	2.1.	CONSIE	DERAÇÕES	GERAIS	290
	2.2.	ENTIDA	DES QUE I	PODEM SE QUALIFICAR COMO OSCIPS	291
	2.3.	ENTIDA	DES QUE I	NÃO PODEM SE QUALIFICAR COMO OSCIPS	291
	2.4.	DO EST	ATUTO DA	S OSCIPS	291
	2.5.	DO PED	DIDO DE Q	UALIFICAÇÃO COMO OSCIP	293
	2.6.	DA PER	DA DA QU	ALIFICAÇÃO (ARTS. 7º E 8º)	294
	2.7.	DO TER	MO DE PA	RCERIA	295

3.	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E O REGIME JURÍDICO PREVISTO NA LEI N° 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.	296
	3	296
	3.2. FUNDAMENTOS DO REGIME GERAL	
	3.3. PRINCÍPIOS JURÍDICOS	
	3.4. ESPÉCIES DE PARCERIAS VOLUNTÁRIAS	
	3.5. O TERMO DE FOMENTO	300
	•	301
		301
	3.8. DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO E DO TERMO DE FOMENTO	303
	3.9. FORMALIZAÇÃO	304
	3.10. DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS	305
	3.11. DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR	305
	3.12. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	306
	3.13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS À ENTIDADE	307
4.	SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS	308
	L <sub>IVRO</sub> III MODOS DE FORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS	
	MODOS DE FORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES JURIDICO-ADMINISTRATIVAS	
CAPÍT	TULO I – PROCESSO ADMINISTRATIVO	317
1.	TERMINOLOGIA	317
2.	DIFERENCIAÇÃO ENTRE PROCESSO ADMINISTRATIVO E ATO COMPLEXO	317
3.	CONCEITO DE "PROCESSO ADMINISTRATIVO"	317
4.	CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	318
5.	OBJETIVOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	319
6.	OBRIGATORIEDADE DA ADOÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FOR- MALIZADO	320
7.	PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	320
	INTRODUÇÃO	320

	7.1.	PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	321
	7.2.	PRINCÍPIO DA AUDIÊNCIA DO INTERESSADO	322
	7.3.	PRINCÍPIO DA ACESSIBILIDADE AOS ELEMENTOS DO EXPEDIENTE	322
	7.4.	PRINCÍPIO DA AMPLA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA	322
	7.5.	PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO	322
	7.6.	PRINCÍPIO DA REVISIBILIDADE	323
	7.7.	PRINCÍPIO DE SER REPRESENTADO E ASSISTIDO	323
	7.8.	PRINCÍPIO DA LEALDADE E BOA-FÉ	324
	7.9.	PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL	325
	7.10.	PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE	325
	7.11.	PRINCÍPIO DA GRATUIDADE	325
	7.12.	PRINCÍPIO DO INFORMALISMO	326
	7.13.	PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE	326
	7.14.	PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO	326
8.	FASE	S DO PROCESSO	328
	8.1.	FASE PROPULSORA OU DE INICIATIVA	328
	8.2.	FASE INSTRUTÓRIA	328
	8.3.	FASE DISPOSITIVA	328
	8.4.	FASE CONTROLADORA OU INTEGRATIVA	329
	8.5.	FASE DE COMUNICAÇÃO	329
9.	ESPÉ	CIES DE PROCESSO	329
	9.1.	PROCESSOS INTERNOS	329
	9.2.	PROCESSOS EXTERNOS	329
	9.3.	PROCESSOS RESTRITIVOS OU ABLATÓRIOS	329
	9.4.	PROCESSOS AMPLIATIVOS	329
10.	PROI	POSTA DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA	330
CAPÍT	ULO II	-ATOS ADMINISTRATIVOS	335
1.	ATOS	DA ADMINISTRAÇÃO	335
2.	ATO .	ADMINISTRATIVO	336
	2.1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	336
	2.2.	CONCEITO	336

2.3.	CARACT	TERÍSTICAS	5	338			
2.4.	PLANOS	S DE ANÁL	ISE DO ATO ADMINISTRATIVO	338			
2.5.	REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO						
	2.5.1.	Requisito	Requisitos externos				
		2.5.1.1.	Sujeito	340			
		2.5.1.2.	Objeto	341			
		2.5.1.3.	Pertinência à função administrativa	341			
		2.5.1.4.	Motivo	341			
		2.5.1.5.	Motivação	344			
		2.5.1.6.	Finalidade	345			
	2.5.2.	Requisito	s internos	346			
		2.5.2.1.	Conteúdo	346			
		2.5.2.2.	Forma	347			
		2.5.2.3.	Formalização	347			
		2.5.2.4.	Causa	347			
2.6.	ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS						
	2.6.1.	Presunção	o de legitimidade	349			
	2.6.2.	Presunção de veracidade					
	2.6.3.	Imperatividade					
	2.6.4.	Exigibilidade					
	2.6.5.	Autoexecutoriedade		351			
	2.6.6.	A tipicidade					
2.7.	CLASSIF	ICAÇÕES	DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	353			
	2.7.1.	Quanto à	natureza da atividade	354			
	2.7.2.	Quanto à estrutura do ato					
	2.7.3.	Quanto a	os destinatários do ato	354			
	2.7.4.	Quantos	aos efeitos do ato	355			
	2.7.5.	Quanto a	os resultados sobre a esfera jurídica dos administrados	355			
	2.7.6.	Quanto à	situação de terceiros	355			
	2.7.7.	Quanto à	composição da vontade produtora do ato	356			
	2.7.8.	Quanto à	natureza das situações jurídicas que cria	357			
	2.7.9.	Quanto à posição jurídica da Administração					

	2.7.10.	Quanto ad	Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática 35				
	2.7.11.	Quanto à	função da vontade	366			
2.8.	ATOS AE	DMINISTR/	ATIVOS IN SPECIE	366			
	2.8.1.	Em função	o do conteúdo	366			
		2.8.1.1.	Admissão	366			
		2.8.1.2.	Concessão	366			
		2.8.1.3.	Permissão	367			
		2.8.1.4.	Autorização	368			
		2.8.1.5.	Aprovação	368			
		2.8.1.6.	Dispensa	369			
		2.8.1.7.	Ordem	369			
		2.8.1.8.	Renúncia	370			
		2.8.1.9.	Licença	370			
		2.8.1.10.	Homologação	371			
		2.8.1.11.	Recusa	371			
		2.8.1.12.	Decisão	371			
		2.8.1.13.	Habilitação	372			
		2.8.1.14.	Visto	372			
	2.8.2.	Formas de	manifestação dos atos	372			
		2.8.2.1.	Decreto	372			
		2.8.2.2.	Portaria	372			
		2.8.2.3.	Alvará	373			
		2.8.2.4.	Instrução	373			
		2.8.2.5.	Circular	373			
		2.8.2.6.	Ordem de serviço	373			
		2.8.2.7.	Resolução	373			
		2.8.2.8.	Parecer	373			
		2.8.2.9.	Ofício	374			
2.9.	O SILÊN	CIO NO D	IREITO ADMINISTRATIVO	374			
2.10.	extinçã	ÃO DOS AT	TOS ADMINISTRATIVOS	376			
	2.10.1.	Revogação	0	377			

		2.10.1.1.	Conceito	377
		2.10.1.2.	Sujeito da revogação	377
		2.10.1.3.	Objeto da revogação	377
		2.10.1.4.	Fundamento da revogação	378
		2.10.1.5.	Motivos da revogação	378
		2.10.1.6.	Efeitos da revogação	378
		2.10.1.7.	Natureza do ato revogador	379
		2.10.1.8.	Limites ao poder de revogar	379
		2.10.1.9.	Revogação e indenização	379
	2.10.2.	Invalidade	e dos atos administrativos	380
		2.10.2.1.	Conceito	380
		2.10.2.2.	Sujeitos ativos	380
		2.10.2.3.	Objeto da invalidação	381
		2.10.2.4.	Fundamento da invalidação	381
		2.10.2.5.	Motivo da invalidação	381
		2.10.2.6.	Efeitos da invalidação	381
	2.10.3.	Classifica	ção da invalidade	381
		2.10.3.1.	Atos irregulares	381
		2.10.3.2.	Atos anuláveis	382
		2.10.3.3.	Atos nulos	384
		2.10.3.4.	Atos inexistentes	384
		2.10.3.5.	Decaimento	385
CAPÍT	ULO III – PROC	CESSO ADA	MINISTRATIVO LICITATÓRIO	389
1.	CONSIDERAG	ÇÕES GERA	AIS	389
2.	OBJETIVOS D	A LICITAC	ÃO	389
		,		
3.	NATUREZA JU	JRIDICA D	A LICITAÇÃO	391
4.	CONCEITO			391
5.	ATOS QUE DI	EMANDAN	I LICITAÇÃO	392

6.	PERFIL CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL DA LICITAÇÃO	393
7.	COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE LICITAÇÃO	393
8.	OS PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO	394
	8.1. O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	394
	8.2. O PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE	395
	8.3. O PRINCÍPIO DA MORALIDADE	395
	8.4. O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	396
	8.5. O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA	396
	8.6. O PRINCÍPIO DO INTERESSE PÚBLICO	396
	8.7. O PRINCÍPIO DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA	396
	8.8. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE	397
	8.9. O PRINCÍPIO DO PLANEJAMENTO	397
	8.10. O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA	397
	8.11. O PRINCÍPIO DA EFICÁCIA	397
	8.12. O PRINCÍPIO DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES	398
	8.13. O PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO	398
	8.14. O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO	) 399
	8.15. O PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO	399
	8.16. O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA	399
	8.17. O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE	400
	8.18. O PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE	401
	8.19. O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	401
	8.20. O PRINCÍPIO DA CELERIDADE	402
	8.21. O PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE	402
	8.22. O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL	403
	8.23. O PRINCÍPIO DA ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA AO VENCEDOR	403
9.	OBRIGADOS A LICITAR	403
10.	OBRIGATORIEDADE DE LICITAÇÃO	404
11.	. A DISPENSA E A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: A CONTRATAÇÃO [	
	11.1. CASOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	
	11.1. CASOS DE DISFENSA DE LICHACAO	4U4

	11.2.	CASOS I	DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	408
	11.3.	DO PRO	OCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA	414
12.	MOE	DALIDAD	ES DA LICITAÇÃO	416
	12.1.	O PREG	ÃO	416
	12.2.	CONCC	DRRÊNCIA	417
	12.3.	DIÁLOC	GO COMPETITIVO	418
		12.3.1.	A inspiração europeia	419
		12.3.2.	Hipóteses de cabimento	420
		12.3.3.	As diferenças entre o Diálogo Competitivo e o Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI	421
		12.3.4.	O Procedimento do Diálogo Competitivo	423
		12.3.5.	Diálogo competitivo: desafios e perspectivas	424
	12.4.	CONCU	IRSO	425
	12.5.	LEILÃO.		426
13.	PRO	CEDIMEN	NTO LICITATÓRIO	427
	13.1.	A FASE I	nterna da licitação	427
		13.1.1.	Vedações nas licitações	432
		13.1.2.	Dos Agentes Públicos	433
	13.2.	A FASE E	EXTERNA DA LICITAÇÃO	435
		13.2.1.	Fase externa da licitação na modalidade concorrência	436 436
			13.2.1.2. Habilitação	440
			13.2.1.3. Julgamento ou classificação	446
			13.2.1.4. Do Encerramento da Licitação	450
14.	DESI	STÊNCIA	DA LICITAÇÃO	454
15.	RECU	JRSOS A	DMINISTRATIVOS PARA REEXAME INTERNO DA LICITAÇÃO	455
	15.1.	DOS PR	OCEDIMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES	456
		15.1.1.	Credenciamento	456
		15.1.2.	Pré-Qualificação	457
		15.1.3.	Procedimento de Manifestação de Interesse	458
		15.1.4.	Do Sistema de Registro de Preços	458
		15.1.5.	Registro cadastral	460

16.	LEIS	ESPECIA	IS DE LICIT	ГАÇÃO	461
	16.1.	LICITAÇ	ÃO EM PU	BLICIDADE	461
		16.1.1.	Objeto		461
		16.1.2.	Do proce	dimento licitatório	463
			16.1.2.1.	Das comissões	463
			16.1.2.2.	Da fase externa	464
CAPÍT	TULO I	V – NEGĆ	ÓCIOS JUR	ÍDICOS ADMINISTRATIVOS	469
1.	CON	SIDERAG	ÇÕES GER	AIS	469
2.	CON	TRATOS	DA ADMI	NISTRAÇÃO	470
3.	DO	CONTRA	TO ADMIN	NISTRATIVO	470
	3.1.	CONCE	ITO		470
	3.2.	CLÁUSU	JLAS CON	TRATUAIS NECESSÁRIAS	471
	3.3.	FORMA	LIZAÇÃO I	DOS CONTRATOS	472
	3.4.	PUBLIC	IDADE		472
	3.5.	PRAZOS	S		473
		3.5.1.	Prazo par	a assinatura do contrato	473
		3.5.2.	Prazo de	vigência contratual	473
		3.5.3.	Prazo de	recebimento do objeto	475
	3.6.	PRERRC	)GATIVAS	DA ADMINISTRAÇÃO	475
		3.6.1.	Natureza	desses poderes	476
		3.6.2.	A alteraçã	io unilateral	476
			3.6.2.1.	Natureza jurídica	477
			3.6.2.2.	Objeto	478
			3.6.2.3.	Pressupostos habilitantes do exercício de modificação unilateral do contrato administrativo	478
		3.6.3.	A resiliçã	o unilateral	480
		3.6.4.	Restriçõe	s ao uso da exceptio non adimplecti contractus	481
		3.6.5.	Fiscalizaç	ão	481
		3.6.6.	Aplicação	de penalidades	482
	3.7	DIRFITC	os do col	NTRATADO	484

	3.7.1.	A manute	nção do equilíbrio econômico-financeiro	484
		3.7.1.1.	Alterações unilaterais	484
		3.7.1.2.	Fato do príncipe	485
		3.7.1.3.	Fato da Administração	486
		3.7.1.4.	Teoria da imprevisão	486
		3.7.1.5.	Interferências imprevistas	488
	3.7.2.	Direito ac	reajuste de preços	489
	3.7.3.	Direito à	atualização monetária	489
3.8.	EXTINÇ	ÃO DO CO	ONTRATO	489
	3.8.1.	Extinção i	normal do contrato	490
	3.8.2.	Extinção a	anormal do contrato	490
		3.8.2.1.	Extinção anormal do contrato por iniciativa da Administração por fato atribuído ao particular	491
		3.8.2.2.	Extinção anormal do contrato provocada pela Administração por fato estranho ao particular, relacionado à preservação do interesse público	492
		3.8.2.3.	Extinção anormal do contrato provocada pelo particular por fato imputável à Administração	493
		3.8.2.4.	Extinção anormal do contrato provocada por fato alheio tanto à Administração como ao particular, provocada por caso fortuito ou de força maior	493
		3.8.2.5.	Extinção do contrato por ilegalidade	494
			Livro IV RÍDICO-ADMINISTRATIVAS ESPECÍFICAS Título I DICAS ADMINISTRATIVAS DE ORDENAÇÃO	
INTROD	UÇÃO			499
CAPÍTULO I	– PODER	DE POLÍC	CIA: LIMITAÇÕES À LIBERDADE E À PROPRIEDADE	503
1. INTE	RODUÇÃ	O		503
	,			
2. DEFI	NIÇAO L	JE "POLIC	IA ADMINISTRATIVA"	504

3.	FUNDAMENTO DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA	505
4.	ESSÊNCIA DO PODER DE POLÍCIA	505
5.	CARACTERÍSTICAS DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA	505
6.	POLÍCIA ADMINISTRATIVA E POLÍCIA JUDICIÁRIA	505
7.	ATOS QUE EXPRESSAM A POLÍCIA ADMINISTRATIVA	506
8.	DISCRICIONARIEDADE DO PODER DE POLÍCIA	507
9.	DELEGAÇÃO DE ATOS DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA	508
10	0. EXECUTORIEDADE DAS MEDIDAS DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA	509
1	1. CABIMENTO DAS PROVIDÊNCIAS AUTOEXECUTÓRIAS	509
12	2. POLÍCIA ADMINISTRATIVA E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE CONTRA ABUSOS DA ADMINISTRAÇÃO	510
13	3. SETORES DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA	510
14	4. COMPETÊNCIA DA ATIVIDADE DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA	510
CAP	ÍTULO II – REGULAÇÃO	513
1.	DEFINIÇÃO	513
2.	. ANTECEDENTES	514
3.	OBJETO DA FUNÇÃO REGULATÓRIA	519
CAP	ÍTULO III – FUNCIONALIZAÇÃO	523
1.	DEFINIÇÃO	523
2.	CONSEQUÊNCIAS	523
	Título II RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS DE PROMOÇÃO	
CAP	ÍTULO I – SERVIÇO PÚBLICO	525
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	525

2	SERV	/IÇO PÚBLICO À LA FRANÇAISE	526		
	2.1.	A ESCOLA DO SERVIÇO PÚBLICO	526		
		2.1.1. O pensamento de León Duguit	526		
		2.1.1.1. A concepção teórica do Estado e do serviço público na visão de Duguit	527		
		2.1.2. O pensamento de Gaston Jèze	530		
	2.2.	A JURISPRUDÊNCIA FRANCESA	531		
	2.3.	A CONCEPÇÃO HODIERNA DO SERVIÇO PÚBLICO À LA FRANÇAISE 5	534		
3.	CON	NCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO	537		
	3.1.	PANORAMA GERAL DAS CONCEPÇÕES DOUTRINÁRIAS DO SERVIÇO PÚBLICO NO DIREITO BRASILEIRO	537		
			539		
		• •	539		
		,	541		
			549		
		3.1.5. Elemento Formal	550		
4.	PRIN	NCÍPIOS DO SERVIÇO PÚBLICO	553		
	4.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS5	553		
	4.2.	PRINCÍPIO DA GENERALIDADE OU UNIVERSALIDADE	554		
	4.3.	PRINCÍPIO DA MODICIDADE	555		
	4.4.	PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE	557		
	4.5.	PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA	560		
	4.6.	PRINCÍPIO DA ADAPTABILIDADE, MUTABILIDADE OU ATUALIDADE 5	560		
	4.7.	PRINCÍPIO DA CORTESIA	561		
	4.8.	PRINCÍPIO DA IGUALDADE	562		
	4.9.	PRINCÍPIO DA REGULARIDADE	563		
5.	OS S	SERVIÇOS PÚBLICOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	564		
6.	A LEI 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017				
7.	DO	USUÁRIO	571		
CAPÍ	TULO I	II – INFRAESTRUTURA 5	577		
1.	INTE	RODUÇÃO	577		

	1.1.	BREVE HISTORICO	578
	1.2.	ESTADO, DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA	581
2.	INSU	JFICIÊNCIA DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	583
3.	CON	ICEITO	584
3.			
	3.1.	ELEMENTO SUBJETIVO	586
	3.2.	ELEMENTO OBJETIVO	587
		3.2.1. Infraestrutura e bem público (obra pública)	588
		3.2.2. Infraestrutura e serviço público	591
	3.3.	ELEMENTO TELEOLÓGICO	593
	3.4.	ELEMENTO FORMAL	594
4.	DELE	GAÇÃO DA ATIVIDADE DE INFRAESTRUTURA	595
5.	PRIN	ICÍPIOS DA ATIVIDADE DE INFRAESTRUTURA	596
	5.1.	PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DA ATIVIDADE DE INFRAESTRUTU-	
	3	RA	596
	5.2.	PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE E PRINCÍPIO DA INESPECIFICIDADE	597
	5.3.	PRINCÍPIO DA INTERGERACIONALIDADE	597
	5.4.	PRINCÍPIO DA PROSPECTIVIDADE	598
	5.5.	PRINCÍPIO DA MULTILATERALIDADE	598
	5.6.	PRINCÍPIO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	598
	5.7.	PRINCÍPIO DA SETORIALIDADE	599
	5.8.	PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE	599
	5.9.	PRINCÍPIO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	600
CAPÍ	TULO I	II – CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO E PARCERIAS PÚBLICO-	
			603
IN	TROD	UÇÃO	603
_			
		ERÍSTICAS GERAIS DO REGIME CONCESSÓRIO (COMUM, ADMINIS- E PATROCINADA)	603
1.	CON	ICESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	611
	1.1.	CONCEITO	611
	1.2.	PERFIL CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL	615

	1.3.	NATURI	eza juríd	ICA	616
	1.4.	FORMA	E CONDIC	ÇÕES DA OUTORGA DO SERVIÇO EM CONCESSÃO	618
	1.5.	LICITAÇ	ÃO DAS C	ONCESSÕES	618
	1.6.	CONTR	ATO DE CO	Oncessão	624
	1.7.	PRINCIP	PAIS DIREIT	TOS E DEVERES DAS PARTES	626
		1.7.1.	Direitos e	e deveres do poder concedente	626
		1.7.2.	Direitos e	e deveres do concessionário	629
			1.7.2.1.	Dos deveres do concessionário	629
			1.7.2.2.	Dos direitos do concessionário	629
	1.8.	FORMA	S DE EXTIN	nção da concessão e seus efeitos jurídicos	631
		1.8.1.	Causas de	e extinção da concessão	632
			1.8.1.1.	Advento do termo contratual	632
			1.8.1.2.	Encampação	632
			1.8.1.3.	Caducidade	633
			1.8.1.4.	Rescisão	634
			1.8.1.5.	Anulação	634
			1.8.1.6.	Falência	635
		1.8.2.	Efeitos jur	rídicos da extinção da concessão	635
			1.8.2.1.	Reversão	635
2.	PARC	CERIA PÚ	BLICO-PR	RIVADA	636
	2.1.	DEFINIC	ÇÃO		636
	2.2.		•		636
	2.3.	ESPÉCIE	S		637
	2.4.	DA LICI	TAÇÃO		637
	2.5.	DOS CO	ONTRATOS	DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	638
	2.6.	CONTR	APRESTAÇ	ÃO DA ADMINISTRAÇÃO	639
		2.6.1.	Prestação	pecuniária	639
		2.6.2.	A cessão	de créditos não tributários	640
		2.6.3.	A outorga	de direitos em face da Administração Pública	641
		2.6.4.	A outorga	de direitos sobre bens públicos dominicais	641
	2.7.				641
	2.8.	. GESTÃO DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA			

	2.9. GARANTIAS AO FINANCIADOR	642
3.	PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	642
4.	AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	646
5.	CONCESSÃO DE INFRAESTRUTURA	647
	5.1. CONCESSÃO COMUM DE INFRAESTRUTURA (ANTIGA CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA)	647
	5.2. CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAESTRUTURA	649
	5.3. CONCESSÃO PATROCINADA DE INFRAESTRUTURA	650
CAPÍT	TULO IV – INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO SOCIAL	655
1.	PANORAMA	655
2.	CONFIGURAÇÃO DE DIREITOS SUBJETIVOS SOCIAIS	657
3.	CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	659
	3.1. O CONCEITO DE "POLÍTICA PÚBLICA"	660
	3.2. POSSIBILIDADE DE CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELO PODER JUDICIÁRIO	660
CAPÍT	ULO V – FOMENTO	665
1.	CONCEITO DE "FOMENTO"	665
2.	FUNDAMENTO DO FOMENTO	665
3.	CARACTERÍSTICAS DO FOMENTO	666
4.	ESPÉCIES DE FOMENTO	666
5.	REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE DE FOMENTO	668
6.	INSTRUMENTOS JURÍDICOS DA ATIVIDADE DE FOMENTO	669
	6.1. SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS	669
	6.2 DA OLITORCA DETÍTULOS	671

## Τίτυιο III RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS GRAVOSAS

CA	ΛΡÍΤ	ULOI	– INFRA	ÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	675			
	DII	DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR						
	1.	INFR	AÇÃO A	AÇÃO ADMINISTRATIVA6				
		1.1.	CONSII	DERAÇÕES GERAIS	676			
		1.2.	CONCE	EITO DE "INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA"	677			
		1.3.	PRESSU	JPOSTOS	678			
		1.4.	FINALII	DADE	679			
		1.5.	SUJEITO	) infrator e responsável subsidiário	679			
			1.5.1.	O menor	679			
			1.5.2.	A pessoa jurídica de direito público	680			
			1.5.3.	Desconsideração da pessoa do infrator	680			
			1.5.4.	Responsável	680			
		1.6.	EXCLUI	DENTES DA INFRAÇÃO	680			
		1.7.	PRINCÍ	PIOS APLICÁVEIS À INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	681			
			1.7.1.	Princípio da legalidade	681			
			1.7.2.	Princípio da tipicidade	681			
			1.7.3.	Princípio da anterioridade	682			
			1.7.4.	Princípio da irretroatividade	683			
			1.7.5.	Princípio da processualidade	683			
			1.7.6.	Princípio do devido processo legal	683			
	2.	SAN	ÇÃO AD	MINISTRATIVA	683			
		2.1.	CONCE	EITO	684			
		2.2.	FINALII	DADE	684			
		2.3.	SUJEITO	O	685			
		2.4.	EXCLUI	DENTES DA SANÇÃO	685			
		2.5.	PRINCÍ	PIOS APLICÁVEIS À SANÇÃO ADMINISTRATIVA	685			
		2.6.		O E PROVIDÊNCIAS CAUTELARES	687			
		2.7.	-	es de sanções	688			
		2.8.		ÃO DAS SANÇÕES	689			

CAPI	TULO II	- INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMINIO ECONOMICO	691					
1.	CON	CONSIDERAÇÕES GERAIS						
2.	SENT	SENTIDO DA EXPRESSÃO "ORDEM ECONÔMICA"						
3.	NOÇ	ÃO DE "ATIVIDADE ECONÔMICA"	696					
4.	PRIN	CÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA	698					
	4.1.	VALORIZAÇÃO DO TRABALHO	698					
	4.2.	LIVRE-INICIATIVA	699					
		4.2.1. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica	700					
	4.3.	SOBERANIA NACIONAL	702					
	4.4.	PROPRIEDADE PRIVADA	703					
		4.4.1. Função social da propriedade	703					
	4.5.	DEFESA DO CONSUMIDOR	704					
	4.6.	DEFESA DO MEIO AMBIENTE	708					
	4.7.	LIVRE CONCORRÊNCIA	708					
		4.7.1. Infrações à ordem econômica	709					
		4.7.1.1. Classificação das Infrações	710					
CAPÍ	TULO II	II – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	721					
1.	INTR	ODUÇÃO	721					
2.	DESA	APROPRIAÇÃO	725					
	2.1.	CONCEITO	725					
	2.2.	FUNDAMENTOS	725					
	2.3.	A NATUREZA JURÍDICA DO INSTITUTO DA DESAPROPRIAÇÃO	726					
	2.4.	AS DIVERSAS ESPÉCIES DE DESAPROPRIAÇÃO	727					
	2.5.	PRESSUPOSTOS	728					
	2.6.	A COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE DESAPROPRIAÇÃO	729					
	2.7.	A COMPETÊNCIA PARA DESAPROPRIAR	729					
	2.8.	A COMPETÊNCIA PARA PROMOVER A DESAPROPRIAÇÃO	729					
	2.9.	A ORDEM DE PREFERÊNCIA NA DESAPROPRIAÇÃO	730					
	2.10.	O OBJETO DA DESAPROPRIAÇÃO	731					
	2.11.	BENEFICIÁRIOS DA DESAPROPRIAÇÃO	732					
		2.11.1. Espécies de desapropriações que podem beneficiar terceiros	732					

	2.12.	AS FASE	S DO PROCEDIMENTO EXPROPRIATÓRIO	734
		2.12.1.	Fase declaratória. A expedição de declaração de utilidade pública ou interesse social	734
			2.12.1.1. Conteúdo da declaração de utilidade pública	735
			2.12.1.2. Os efeitos da declaração de utilidade pública	735
			2.12.1.3. Controle judicial da declaração de utilidade pública ou interesse social	737
		2.12.2.	Segunda fase do procedimento expropriatório: fase executória	737
			2.12.2.1. Fase executória administrativa	737
			2.12.2.2. Fase executória judicial. Ação de desapropriação	738
	2.13.	A IMISS	ÃO PROVISÓRIA DE POSSE	739
		2.13.1.	Conceito	739
		2.13.2.	Pressuposto	740
	2.14.		INDENIZAÇÃO. JUROS. CORREÇÃO MONETÁRIA. OUTRAS DES- HONORÁRIOS DE ADVOGADO	741
		2.14.1.	Conceito de "justa indenização"	741
		2.14.2.	A correção monetária	742
		2.14.3.	Juros moratórios	742
		2.14.4.	Juros compensatórios	743
		2.14.5.	A cumulação de juros compensatórios e moratórios	744
		2.14.6.	Danos emergentes e honorários advocatícios	744
	2.15.	O MOM	IENTO EM QUE SE CONSUMA A DESAPROPRIAÇÃO	745
	2.16.	O DEST	INO DO BEM DESAPROPRIADO	745
		2.16.1.	Retrocessão	746
			2.16.1.1. Natureza jurídica	746
			2.16.1.2. Compostura do direito de preferência do expropriado	748
			2.16.1.3. Prazo prescricional	748
	2.17.	A DESAI	PROPRIAÇÃO INDIRETA	749
3.	SERV	IDÃO AI	OMINISTRATIVA	749
	3.1.	CONSIE	DERAÇÕES GERAIS	749
	3.2.	CONCE	ITO	750
	3.3.	A NATU	REZA JURÍDICA	750
	3.4.	PRESSU	POSTOS	750

	3.5.	CONSTITUIÇÃO	751
	3.6.	EFEITOS	752
	3.7.	INDENIZAÇÃO	752
	3.8.	EXTINÇÃO	752
4.	REQU	JISIÇÃO ADMINISTRATIVA	752
	4.1.	HISTÓRICO	752
	4.2.	CONCEITO	753
	4.3.	ESPÉCIES	753
	4.4.	CARACTERÍSTICAS	755
5.	OCU	PAÇÃO TEMPORÁRIA	755
	5.1.	CONCEITO	755
	5.2.	CONTEÚDO	756
6.	ТОМ	BAMENTO	756
	6.1.	CONCEITO	756
	6.2.	A NATUREZA JURÍDICA	756
	6.3.	OBJETO	757
	6.4.	ESPÉCIES	757
	6.5.	PROCEDIMENTO	757
	6.6.	EFEITOS	758
		Τίτυιο ΙV	
		RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS PATRIMONIAIS	
CAPÍT	ULO I	- REGIME JURÍDICO DO DOMÍNIO PÚBLICO	<b>759</b>
1.	CON	CEITO DE "BENS"	759
2.	DOM	IÍNIO PÚBLICO	759
2.			
	2.1.	REGIME JURÍDICO DO DOMÍNIO PÚBLICO	761
3.	BENS	PÚBLICOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	762
4.	CLAS	SIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS	762
	4.1.	BENS DE USO COMUM	766

	4.2.		E USO ESPECIAL	768
	4.3.	BENS D	OMINICAIS	769
5.	REGI	IME JURÍ	DICO DOS BENS PÚBLICOS	771
6.	JURI	SPRUDÊN	NCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	772
	6.1.		E JURÍDICO DOS BENS DE USO COMUM DO POVO E DOS BENS D ESPECIAL	772
		6.1.1.	Inalienabilidade	772
		6.1.2.	Imprescritibilidade	773
		6.1.3.	Impenhorabilidade	776
		6.1.4.	Impossibilidade de oneração	776
	6.2.	REGIME	: JURÍDICO DOS BENS DOMINICAIS	776
7.	JURI	SPRUDÊN	NCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	781
			AS DE UTILIZAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS PELOS ADMINISTRA-	
DOS	•••••	•••••		783
1.	FOR	MAS DE I	UTILIZAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS PELOS ADMINISTRADOS	783
	1.1.	UTILIZA	ÇÃO DOS BENS DE USO COMUM	783
	1.2.	UTILIZA	ÇÃO DOS BENS DE USO ESPECIAL	784
	1.3.	UTILIZA	ÇÃO DOS BENS DOMINICAIS	784
		1.3.1.	Locação	784
		1.3.2.	Concessão de direito real de uso	785
		1.3.3.	Concessão de uso	787
		1.3.4.	Concessão de uso especial para fins de moradia	787
		1.3.5.	Autorização de uso	788
			1.3.5.1. Autorização de uso de área pública para fins comerciais	788
		1.3.6.	Permissão de uso	789
		1.3.7.	Cessão	790
		1.3.8.	Enfiteuse	790
			1.3.8.1. O aforamento ou enfiteuse de bens públicos	792
		1.3.9.	Alienação	793
			1 3 9 1 Venda	793

	1.3.9.2. Doação	793
	1.3.9.3. Permuta	794
	1.3.9.4. Dação em pagamento	794
	Título V RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS DE CONTROLE	
	·	
CAPÍTI	ULO I – O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	797
1.	CONCEITO DE "CONTROLE"	797
2.	CLASSIFICAÇÃO DO CONTROLE	798
3.	CONTROLE ADMINISTRATIVO	798
4.	CONTROLE EXTERNO	902
		803
	4.1. O CONTROLE LEGISLATIVO	803
5.	NATUREZA JURÍDICA DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	814
6.	LIMITES À REVISÃO JUDICIAL DAS DECISÕES SOBRE TOMADA DE CONTAS	818
7.	EFEITOS DAS DECISÕES DE TOMADAS DE CONTAS E COMUNICABILIDADE	
	DE INSTÂNCIAS	819
8.	CONCLUSÃO	820
	8.1. O CONTROLE JUDICIAL	821
	Τίτυιο VI RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS DE RESPONSABILIZAÇÃO	
0 + DÍT		
	ULO I – RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRACONTRATUAL DO ESTADO COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS	825
1.	TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL	825
0		
2.	CONCEITO DE "RESPONSABILIDADE CIVIL"	827
3.	PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL	827
	3.1 FATO ANTIIURÍDICO	827

	3.2.	NEXO DE IMPUTAÇÃO	327
		3.2.1. A atuação culposa	328
		3.2.1.1. Dolo	328
		3.2.1.2. Culpa 8	328
	3.3.	DO ATO ILÍCITO	329
		3.3.1. Atos não considerados ilícitos	330
	3.4.	IMPUTAÇÃO PELO RISCO	330
	3.5.	DANO	331
		3.5.1. Dano moral	332
	3.6.	NEXO DE CAUSALIDADE	333
		3.6.1. Prova do nexo de causalidade	333
		3.6.2. Fatos excludentes da causalidade	333
		3.6.2.1. Fato do lesado, fato da vítima	334
		3.6.2.2. Fato de terceiro	334
		3.6.2.3. Caso fortuito ou força maior	334
4.	RESP	ONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL DO ESTADO 8	334
	4.1.	INTRODUÇÃO	334
	4.2.	EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE POR ATOS ADMINISTRATIVOS 8	334
	4.3.	FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO	336
	4.4.	SUJEITOS QUE COMPROMETEM O ESTADO	336
	4.5.	CARACTERES DA CONDUTA LESIVA ENSEJADORA DE RESPONSABILIDA-	
		DE	337
	4.6.	DANO INDENIZÁVEL	338
	4.7.		338
	4.8.	DIREITO DE REGRESSO	340
	4.9.	RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR DANOS DECORRENTES DE LEIS E REGULAMENTOS	341
	4.10.	RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS JURISDICIONAIS	
		Título VII RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS EXTINTIVAS	
CAPÍT	ULO I	– DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA8	349
1.	CON	SIDERAÇÕES GERAIS 8	349

2.	DA P	RESCRIÇÃO	850
	2.1.	CONCEITO	850
	2.2.	CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS OU INTERRUPTIVAS	851
	2.3.	REGRAS APLICÁVEIS À PRESCRIÇÃO	852
	2.4.	PRAZOS PRESCRICIONAIS	852
3.	DA E	DECADÊNCIA	852
	3.1.	PRAZOS DE DECADÊNCIA	853
4.	PRES	CRIÇÃO, DECADÊNCIA E PRECLUSÃO	853
5.	PRES	CRIÇÃO EM OUTROS RAMOS DO DIREITO	853
6.	. PRESCRIÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO		
	6.1.	PRAZOS EXTINTIVOS DA PRETENSÃO DO ADMINISTRADO PARA PLEITEAR DIREITO NA VIA ADMINISTRATIVA	854
	6.2.	DA PRESCRIÇÃO DE AÇÕES JUDICIAIS DO ADMINISTRADO CONTRA O PODER PÚBLICO	855
	6.3.	PRAZOS EXTINTIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA TUTELAR DIREITO OU INTERESSE NA VIA ADMINISTRATIVA	858
	6.4.	PRESCRIÇÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS CONTRA O ADMINISTRADO	860
	6.5.	COISA JULGADA ADMINISTRATIVA	863
BIBLIC	OGRA	FIA	867